

“MILAGRE ECONÓMICO É UMA ALDRABICE POLÍTICA”



Rui Rio afirma que o Governo está a enganar os portugueses com o discurso do “milagre económico”. No encerramento das Jornadas Parlamentares, na Guarda, o presidente do PSD deu como exemplos da “aldrabice política” do atual Executivo o nível elevado de impostos sobre os combustíveis e a contagem do tempo integral dos professores



pág. 8

PARLAMENTO

“O PAÍS PRECISA DE UMA VERDADEIRA REFORMA DA JUSTIÇA”

Numa interpelação ao Governo no Parlamento, José Silvano apelou a um consenso alargado, entre agentes, cidadãos e partidos, para encontrar as soluções que atingem um setor marcado por um “clima de crise” e “muitas entropias”



pág. 9

LOCAIS

PSD DE BARCELOS CRITICA FECHO DE BALCÃO DA CGD DE ARCOZELO

O PSD de Barcelos lamenta e reprova a atitude do Governo, Câmara e Junta de Freguesia perante o eventual encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos de Arcozelo



pág. 10

REGIONAIS

AÇORES DEVEM SER BENEFICIADOS NO PRÓXIMO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO

Duarte Freitas exige que a região dos Açores seja “tão beneficiada” no próximo quadro comunitário de apoio (2021-2027) como foi no atual (2014-2020), independentemente do resultado das negociações entre Portugal e a Comissão Europeia



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

PORTUGAL E O SONHO COR-DE-ROSA

Os portugueses já perceberam que a realidade não coincide com o reino da fantasia propagandeado pelos socialistas. Apesar de uma conjuntura externa favorável, nomeadamente acesso aos mercados com taxas de juro atrativas, cotação do crude em valores ainda aceitáveis e um crescimento económico encorajador dos nossos principais parceiros comerciais, o Governo está a desperdiçar uma oportunidade única.

No plano interno, e dispondo de uma frágil e aparente estabilidade política, não obstante a descida do desemprego e de um clima de confiança em alta, o Governo furta-se à responsabilidade de realizar reformas estruturais, porque impopulares são fundamentais para conferir competitividade e garantir, a longo prazo, a qualidade de vida dos cidadãos. Tal como denunciou Rui Rio nas Jornadas Parlamentares do PSD, o Governo das esquerdas limita-se a andar à boleia do trabalho feito pelo anterior executivo. Assistimos a uma "aldrabice política" em toda a linha, com promessas por cumprir e um pretenso "milagre económico" que, por conveniência, só o PS vislumbra.

Na saúde, o Observatório Português dos Sistemas de Saúde avisa que os hospitais públicos estão endividados e "à beira de um ataque de nervos". A dívida do SNS aumentou 54% de 2015 para 2017 (são mais 769 milhões de euros que os contribuintes terão de desembolsar).

Na educação, nem sequer sabemos o papel que desempenha o ministro. Ou melhor, depois de ter feito concessões indiscriminadas aos sindicatos da CGTP, eis que o castelo de cartas começa a desmoronar-se. O Governo recuou no compromisso assumido com os professores na contagem efetiva do tempo de serviço. Em protesto, os docentes partiram para a greve.

O crescimento económico é frugal e insuficiente para compensar uma década de estagnação e de atraso. O nível de endividamento público continua a ser preocupante. O controlo sustentado da despesa pública, mormente as cativações do ministro das Finanças, continuam a ser uma dor de cabeça e a estrangular os serviços públicos. Não há uma única reforma realizada pelo atual Governo. Estruturalmente, está tudo por fazer.

Portugal continua a divergir dos principais estados da União Europeia, tendo até já sido ultrapassado por algumas economias do Leste Europeu.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) assegura que 1,9 milhões de portugueses (18,3% da população) estão em situação de pobreza. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) divulgou um estudo que traça um cenário preocupante. Portugal pode demorar cinco gerações a eliminar o fosso de rendimentos entre as famílias mais pobres e as famílias da denominada classe média.

O primeiro-ministro já anunciou tempos de "vacas voadoras", quando prometia a modernização da administração pública. O descaramento agora foi mais longe quando, há poucos dias, o Governo contratou o ilusionista Luís de Matos, para apresentar o Simplex + 2018. Como partido que lidera a oposição, o PSD tem o dever de desmontar a ficção de um País gerido com truques, habilidades e aparências. Pintam-nos um País cor-de-rosa. O Governo teima em vender um País virtual, mas a realidade dos portugueses é outra, bem mais dura. O PSD promete bater-se até à exaustão na denúncia desta disparidade.

"MILAGRE E É UMA ALD"



ECONÓMICO “ALDRABICE POLÍTICA”



Rui Rio contestou o “discurso do milagre económico” propagandeado pelo Governo. No encerramento das Jornadas Parlamentares do PSD, na Guarda, o presidente do PSD apontou como exemplos da “aldrabice política” gizada pelo Executivo a não descida deliberada dos impostos sobre os combustíveis, quando o preço das matérias primas subiu, e a polémica sobre contagem do tempo integral dos professores, quando o primeiro-ministro socialista prometeu o que “sabia de antemão que não podia cumprir”.

Numa intervenção de cerca de 40 minutos, Rui Rio acusou o Governo de ter andado “à boleia” do trabalho do anterior governo e da conjuntura internacional nos dois primeiros anos da governação, com bons resultados económicos. “Eles não fizeram rigorosamente nada por isso. Mais dia menos dia ficava a nu que o discurso não fazia sentido”, afirmou, estimando que hoje “70 a 80% dos portugueses já perceberam a aldrabice política do milagre económico, que não é nenhum”.

Além da denúncia da “aldrabice” do milagre económico, Rui Rio mencionou outros pontos em que o PSD liderou a oposição ao Governo, começando pelas objeções que levantou à entrada da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no capital do Montepio, que ainda não se concretizou. “Se não fosse a posição do PSD, hoje a Santa Casa da Misericórdia estaria no capital do Montepio. O dinheiro de combate à pobreza, que já é escasso, não deve ir para as imparidades da atividade bancária”, reafirmou.



Rui Rio anunciou ainda que foi graças à oposição determinada do PSD que o ex-ministro Manuel Pinho irá dar explicações ao Parlamento para falar sobre alegados pagamentos do Grupo Espírito Santo.

Perante os deputados do PSD, Rui Rio traçou aquela que vai continuar a ser a estratégia social-democrata: “Devemos ser acutilantes nas críticas e nas falhas ao Governo tal como temos feito, e sérios, rigorosos e competentes no que são as nossas propostas”.

Rui Rio realça que a posição do PSD será sempre a mesma: falar verdade. “A posição do PSD hoje em 2018, ou do PSD ao longo de toda a sua história desde 1974 é: a função do PSD é empurrar o Governo para a irresponsabilidade? Não, isso é função do PCP e do BE. Nós não temos essa função, mas temos outra, que é a de obrigar o Governo a falar verdade às pessoas”, sublinhou.

PSD está a preparar documento estratégico sobre o interior

A propósito do tema das Jornadas Parlamentares – “Afirmção e Valorização do Interior” – Rui Rio referiu que é possível reduzir a despesa pública, valorizando as regiões do interior.

O presidente do PSD solicitou ao Conselho Estratégico Nacional (CEN) que elabore um documento com propostas pensadas sobre o interior, tal como fez para a natalidade, para ser integrado no programa eleitoral do PSD para 2019. “Não adianta propor uma, duas ou três medidas. Ou temos um conjunto de medidas e são para perdurar no tempo, ou não servem para nada (...). Mandar um fogacho para o ar, como é normal na política portuguesa, não serve para nada, é só para conseguir uma manchete de jornal”, disse, considerando que essas medidas serão úteis mesmo sem o PSD no poder.

Além do trabalho sobre a natalidade e a política para a infância, Rui Rio adiantou que o CEN tem “praticamente pronto” outro “estudo” sobre a reforma da zona euro e, até ao final de julho, deverá apresentar o documento relativo à justiça. “Em cada canto, em cada esquina cada português, toda a gente sabe, que é preciso uma reforma da justiça, mas é preciso saber do que estamos a falar”, afirmou o líder social-democrata, reiterando que esta é uma reforma que terá de ser feita com um consenso “o mais alargado possível”.

PSD VAI PEDIR O ACESSO À AUDITORIA INDEPENDENTE À CGD

Rui Rio quer conhecer os resultados da auditoria independente à gestão da Caixa Geral de Depósitos, aprovada pelo Conselho de Ministros em 23 de junho de 2016. O presidente do PSD afirmou que o Grupo Parlamentar irá, por isso, pedir o acesso à auditoria independente a atos de gestão da Caixa. “Queremos conhecer os devedores, mas, já agora, ficamos também a saber os decisores, que estará nessa auditoria”, afirma Rui Rio.

No final de abril, o líder do PSD exigia conhecer a lista dos 50 maiores responsáveis das imparidades da Caixa Geral de Depósitos. Hoje, nas Jornadas Parlamentares, Rui Rio desafiou o Governo e a maioria de esquerda a facultar a auditoria que o próprio Governo, através do Ministério das Finanças, incumbira à administração da CGD. Estão em causa os atos de gestão da CGD praticados a partir de 2000.





PSD ESTÁ DISPONÍVEL PARA PARTICIPAR NUMA ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA

O presidente do PSD recebeu, na sexta-feira, o presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza, padre Jardim Moreira, que pretendia conhecer a disponibilidade do PSD para participar no desenvolvimento de uma estratégia alargada de combate à pobreza. Rui Rio manifestou total abertura para colaborar com instituições de solidariedade social, forças políticas e autarquias, no sentido de desenvolver uma estratégia comum para debelar o fenómeno da pobreza e da exclusão social.

O líder do PSD afirmou que “a luta contra a pobreza necessita de políticas estruturais, que se prolonguem no tempo”, pelo que irá ocorrer em breve uma outra reunião entre Jardim Moreira e os membros da área temática “Solidariedade e Sociedade de Bem-Estar” do Conselho Estratégico Nacional (CEN), para que depois seja inscrito no programa eleitoral uma estratégia de combate à pobreza.

Rui Rio citou um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), divulgado hoje, segundo o qual o nosso País pode demorar cinco gerações até que os descendentes de uma família de baixos rendimentos alcancem os rendimentos médios. Para Rui Rio, este é um cenário que “não é minimamente aceitável num país que se quer desenvolvido e da União Europeia”.

No rescaldo da reunião, Rui Rio observou ainda que “qualquer programa de luta contra a pobreza tem de ter a participação muito ativa das autarquias”, juntando as “câmaras e as juntas de freguesia” nesse esforço com as “Instituições Particulares de Solidariedade Social”, pois a sua execução “requer muita proximidade”.



AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DOS REGULAMENTOS ADMISSÃO E TRANSFERÊNCIA DE MILITANTES, DE DISCIPLINA E DE QUOTIZAÇÕES

A **Comissão Política Nacional e o Conselho Nacional do Partido Social Democrata** aprovaram três novos Regulamentos (**Admissão e Transferência de Militantes, de Disciplina e de Quotizações**). As alterações introduzidas vão ao encontro da vontade do Presidente da Comissão Política Nacional, Rui Rio, de agilizar a admissão de novos militantes, de “dar mais transparência e mais eficácia à vida do partido” e de credibilizar a atividade partidária.

Entre as alterações mais significativas consagradas no novo **Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes**, destaca-se, desde logo, que a admissão ou recusa de candidatos a militantes passa a basear-se em critérios estritamente objetivos. A recusa de militantes só pode ocorrer nos termos do artigo 3º e com fundamentação. Uma outra novidade que afeta a vida de quem está a entrar no PSD, desconhecendo muitas das suas regras internas, é a consagração, agora, de recursos automáticos das decisões de recusa da admissão dos militantes. Um candidato a militante ainda não está totalmente dentro do Partido, pelo que seria estranho exigir-lhe, desde logo, que recorresse de uma decisão de recusa de admissão. Assim, com

este novo mecanismo, tudo se processa de modo automático, não tendo o candidato de fazer nada.

Quanto ao **Regulamento de Disciplina**, são tipificadas novas infrações disciplinares (art. 5º do Regulamento); a decisão de expulsão de um militante pelos órgãos jurisdicionais passa a fixar, também, o tempo que deve decorrer até que o militante expulso se possa voltar a inscrever como militante; reforçam-se as garantias de defesa do militante alvo de processo disciplinar com o destaque dado ao incidente de suspeição; as decisões dos órgãos jurisdicionais passam a ser publicadas no “Povo Livre” (art. 19º do Regulamento), o que não pode deixar de contribuir para um objetivo de prevenção geral; se os órgãos jurisdicionais detetarem a prática de crimes por militantes, os mesmos passam obrigatoriamente a ser comunicados às entidades judiciárias competentes (art. 23.º do Regulamento).

O **Regulamento de Quotizações**, aprovado pela Comissão Política Nacional na reunião de 23 de maio de 2018, consagra três alterações relevantes: é eliminado o pagamento de quotas por transferência bancária (é permitido na mesma o paga-

mento por multibanco com entidade e referência, entre os meios adicionais já admitidos); na matéria das isenções de quota, passa a prever-se um prazo de caducidade de isenção, devendo a mesma, se as condições estiverem reunidas, ser renovada pelo militante que nisso tenha interesse; os rendimentos a considerar na análise da concessão da isenção de quotas é o rendimento global do militante, devidamente comprovado (art. 4.º do Regulamento), algo que não sucedia antes, podendo o Partido estar a isentar militantes que têm até outro tipo de rendimentos, algo que se pretende evitar. A isenção é concedida apenas e só a quem não pode pagar por insuficiência de rendimentos ou razões devidamente justificadas (exemplo: desemprego); a Sede Nacional, por razões de transparência, passa a publicitar as estatísticas trimestrais das isenções concedidas por Distrital e Secção e a comunicar essa informação à Comissão Nacional de Auditoria Financeira (CNAF) e Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) em determinadas circunstâncias.

Os três regulamentos foram publicados nas edições do “Povo Livre” de 30 de maio e de 6 de junho de 2018 e podem ser consultados também no seguinte endereço:

<http://www.psd.pt/regulamentos.php>.



PSD



JOSÉ SILVANO EM ARGANIL

O secretário-geral do PSD, José Silvano, esteve no sábado, 16 de junho de 2018, na sessão de tomada de posse do PSD de Arganil. Luís Miguel Almeida é o presidente da Comissão Política de Secção de Arganil, que tem como vice-presidentes Paula Dinis e António Gonçalves Cardoso.





José Silvano no Parlamento

“O PAÍS PRECISA DE UMA VERDADEIRA REFORMA DA JUSTIÇA”

José Silvano, deputado e secretário-geral do PSD, recuperou aquela que é uma “efetiva prioridade” do PSD: a reforma da justiça. Numa interpelação ao Governo no Parlamento, na quinta-feira, o deputado apelou a um consenso alargado, entre agentes, cidadãos e partidos, para encontrar as soluções que atingem um setor marcado por um “clima de crispação” e “muitas entropias”. O balanço que o secretário-geral do PSD faz da atuação da ministra da Justiça é de “desapontamento generalizado”, porque “todos os dias se anunciam contestações, muitas delas com marcação de greves e outras formas de lutas”.

“Há que dotar a justiça do muito que ela carece: maior celeridade, mais meios, melhor gestão, maior programação dos investimentos, melhor qualidade legislativa, maior especialização, melhores conhecimentos técnicos, mais recato no seu funcionamento, melhor cumprimento do segredo de justiça e maior eficácia no combate à corrupção”, frisou o secretário-geral do PSD.

José Silvano criticou a ministra por apenas se preocupar em criar “mais de uma dezena de grupos de trabalho”, não percebendo o descontentamento dos magistrados, advogados, guardas prisionais, conservadores, notários, investigadores criminais e oficiais de justiça.

“É uma área em que Portugal tem vindo a acumular deficiências, por força de um Estado que não tem estado à altura das necessidades do País”, apontou José Silvano.

José Silvano evocou o consenso alcançado entre agentes do setor em 2016, o chamado “pacto da justiça”, no qual foram apresentadas 89 medidas concretas, mas

considerou-o insuficiente. “O PSD valoriza muito estes acordos, mas infelizmente não são suficientes para a concretização da tão desejada, quanto necessária, reforma da Justiça”, disse, acrescentando que “nem os principais partidos políticos, nem o Governo deram sequência a estes acordos, o que só demonstra que não pode haver reforma na justiça sem a colaboração de todos”.

O deputado insiste que “não pode haver reforma da justiça sem a colaboração de todos”. “Unir vontades e, com sentido de Estado e sentido patriótico, fazer um esforço que contribua para essa reforma”, declarou.

José Silvano recordou que o Presidente do PSD tem estado a receber os agentes do setor, para em tempo oportuno ser apresentado um documento com propostas duradouras e consistentes. Rui Rio iniciou em 21 de maio um conjunto de contactos na área da Justiça, estando prevista uma reunião entre o líder do PSD e o Conselho Superior do Ministério Público, órgão presidido pela Procuradora-Geral da República, no próximo dia 20 de junho.



O PSD de Barcelos lamenta e reprova a atitude do Governo, Câmara e Junta de Freguesia perante o eventual encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos de Arcozelo.

O balcão da CGD serve dezenas de milhares de cidadãos de Arcozelo e das freguesias da zona norte do Concelho de Barcelos, mais diretamente, e de todo o concelho de uma forma geral, está instalado há muitos anos e já faz parte da vida pessoal, empresarial e cívica da região.

O funcionamento do balcão da CGD de Arcozelo é fundamental para o comércio, serviços, indústria, cidadãos

residentes e com vida profissional em Arcozelo e Freguesias da região, para ale das famílias e cidadãos em geral.

De acordo com o PSD de Barcelos, o Governo e as autoridades autárquicas da Câmara Municipal e de Arcozelo têm responsabilidades em defender os cidadãos e impedir que o encerramento do Balcão venha a acontecer, o que significaria uma perda irreparável para a qualidade de serviço bancário aos Cidadãos.

A Comissão Política do PSD Barcelos irá questionar o presidente da Câmara e a Junta de Freguesia sobre o

que têm feito para contrariar esta eventual intenção da CGD.

A Comissão Política do PSD de Barcelos considera que o PS tem responsabilidades caso o encerramento se confirme. Isso demonstrará "falta de força política, incompetência" de um PS que manifesta "não estar à altura de defender os cidadãos perante uma falta de visão dos responsáveis da CGD".

Acompanhe-nos no dia-a-dia...

PSD



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

AÇORES DEVEM SER BENEFICIADOS NO PRÓXIMO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO



Duarte Freitas exige que a região dos Açores seja “tão beneficiada” no próximo quadro comunitário de apoio (2021-2027) como foi no atual (2014-2020), independentemente do resultado das negociações entre Portugal e a Comissão Europeia.

“Aquilo que queremos verdadeiramente é que, seja qual for [o resultado da] negociação em Bruxelas, os Açores saiam tão beneficiados como saíram no atual quadro comunitário de apoio”, disse Duarte Freitas, na Assembleia Legislativa dos Açores.

O líder dos social-democratas lembrou que em 2013, na negociação do atual quadro comunitário de apoio (2014-2020), os Açores tiveram um aumento de verbas, apesar de “Portugal ter perdido 9,7 por cento” dos fundos comunitários.

“Na altura, os Açores até tiveram mais verbas, porque a negociação dentro do país foi favorável à Região, apesar da ‘troika’ e do tão diabolizado governo da República do PSD/CDS-PP”, recordou.

Duarte Freitas sublinhou ter a expectativa de que as negociações do próximo quadro financeiro (2021-2027), “primeiro em Bruxelas e depois no país, resultem, pelo menos, como resultaram no atual quadro (2014-2020)”.

“Estão reunidas todas as condições para que os Açores consigam um bom resultado”, considerou.

O presidente do PSD/Açores falava no debate sobre um projeto de resolução apresentado pela maioria socialista sobre as negociações do próximo quadro comunitário de apoio, tendo a bancada social-democrata votado favoravelmente a iniciativa.

“O grupo parlamentar do PSD esteve, mais uma vez, ao lado dos órgãos de governo próprio dos Açores, na defesa dos interesses da Região e de uma boa negociação dos fundos comunitários”, frisou.

GOVERNO “ENGANAR OS AÇORIANOS” AO NÃO CUMPRIR INVESTIMENTOS

O deputado do PSD ao parlamento dos Açores, António Vasco Viveiros, acusa o Governo Regional de “enganar os açorianos”, ao prometer investir quase 520 milhões de euros em 2017, mas executar apenas 370 milhões.

“A taxa de execução no plano de investimentos de 72,2% está bem longe de 100% e essa distância equivale a 144 milhões de euros de promessas não cumpridas”, lamentou o parlamentar social-democrata, considerando que esta postura do Governo, além de representar um “descrédito”, não passa de uma forma de “enganar os açorianos”.

POVO LIVRE

Director: Nuno Freitas

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolive@psd.pt

A Saúde em Portugal



Maria Irene Joaquim,
Presidente da Câmara
Municipal de Vila de Rei

Entre o que
se esperava
que este Governo
fizesse
e o que tem feito
existe
um considerável
desfasamento

página 2

PSD denuncia fracasso do Governo em matéria de listas de espera

página 7

Em ano de eleições autárquicas

Durão Barroso começa
a percorrer o País e a participar
na apresentação de candidatos

página 7

Por iniciativa do eurodeputado Carlos Coelho

Parlamento Europeu adopta
Proposta de Resolução Comum
sobre as inundações em Portugal

página 6



Presidente do Partido
recebeu Direcção do
Sport Lisboa e Benfica

página 12

Tavares Moreira

A inflação em Portugal
continua a subir
ao contrário do que
sucede com os nossos
parceiros

página 12

Edição n.º 1239 do "Povo Livre" | 21 de fevereiro de 2001

"PSD denuncia fracasso do Governo em matéria de listas de espera". O então Presidente do Partido, José Manuel Durão Barroso, acompanhado da porta-voz do Gabinete-Sombra do PSD para o setor da Saúde, Maria Clara Carneiro, em conferência de imprensa, atacou violentamente a política governamental para o sector e divulgou a crueza da realidade dos números em perfeita dessintonia com a atuação do Executivo que tem sido marcada por uma total falta de transparência, até porque sempre se tem negado a tornar pública a dimensão das listas de espera por hospital e por especialidade.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEPÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

MARVÃO

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Marvão para reunir, em sessão extraordinária, a realizar no dia 30 de junho de 2018 (sábado), pelas 15H00, na Junta de Freguesia de S. Salvador de Aramenha, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 – Conselho Estratégico Nacional;
- 2 – Uma Estratégia Local e Nacional;
- 3 – Análise da situação política;
- 4 – Outros assuntos.

MEDA

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Meda para reunir, no próximo dia 28 de julho de 2018, às 15h00, na Sede do PSD/Meda, sita na Rua Dr. Reboredo, nº 6, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único – Eleição dos Órgãos de Secção

- a) Mesa da Assembleia de Secção;
- b) Comissão Política de Secção.

NOTA

As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Comissão Política Distrital, na Sede, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 15h00 e as 17H00.

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Paços de Ferreira para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 13 de julho de 2018 (sexta-feira), pelas 21H00, na Sede, sita na Av. dos Templários, nº 309 Dto., em Paços de Ferreira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Análise da situação político-partidária;
- 2 – Contributos para uma estratégia futura;
- 3 – Outros assuntos de interesse.

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte de Lima para reunir, em sessão ordinária, a realizar no próximo dia 27 de julho de 2018 (sexta-feira), pelas 20H30, na sua Sede, sita no Largo Dr. Vieira de Araújo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único – Análise da situação político-partidária local e nacional.

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Sesimbra para reunir, no próximo dia 5 de julho de 2018 (quinta-feira), pelas 21h00, na Sede, sita na Rua da República, nº 20, 1º Esq., em Sesimbra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 – Informações;
- 2 – Trabalhos a desenvolver com a Comissão Política de Secção;
- 3 – Situação política.



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD ÁGUEDA, para reunir no dia 30 de Junho de 2018, na sede concelhia, sita na Rua Joaquim Francisco Oliveira, às 17h00, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Calendarização das actividades a realizar.

ALBERGARIA-A-VELHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Albergaria-a-Velha para o Plenário Concelhio da JSD Albergaria-a-Velha, a realizar-se no dia 28 de Julho de 2018, pelas 15h00, na sede da JSD, sita à Rua Padre Matos – Edif. Amazonas, Ent. 4, R/C Esq. A/B, Amial, 3850-091 Albergaria-a-Velha, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Comissão Política da Secção da JSD de Albergaria-a-Velha.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues, na Rua Padre Matos – Edif. Amazonas, Ent. 4, R/C Esq. A/B, Amial, 3850-091 Albergaria-a-Velha, até às 23H59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respetivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: das 15h00 às 17 horas.

FIGUEIRA DA FOZ

Nos termos do Artigo 91º dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia da Figueira da Foz, para o Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 21 de Julho de 2018 (Sábado), pelas 18h00m, na sede do PSD da Figueira da Foz (Rua da Liberdade, nº6, 3080-168 Figueira da Foz), com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD da Figueira da Foz.

Notas:

- As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Coimbra, ou a quem o estatutariamente o substitua, das 22h00m até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no mesmo local do Plenário Eleitoral;

- As urnas estarão abertas entre as 18h00m e as 21h00m.

OLIVEIRA DE FRADES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se o Plenário Concelhio da JSD de Oliveira de Frades, para reunir no próximo dia 21 de Julho de 2018 (sábado), pelas 17 horas, sita na Sede do PSD de Oliveira de Frades, na Rua Jardim José Dinis

Vieira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política da JSD.

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital de Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (17 de Julho), nos locais indicados, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

As urnas estarão abertas das 17 horas e as 19 horas.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Concelhia da JSD/Paredes, para reunirem no próximo dia 21 de Julho de 2018 (Sábado), pelas 15 horas, na Sede, sita na Rua 1.º Dezembro, n.º 45, em Paredes, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa da Assembleia e Comissão Política de Concelhia da JSD de Paredes.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede da Concelhia, na hora normal de funcionamento da Sede ou até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das entre as 15h00m e as 18 horas.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia do Porto, para reunir em Assembleia ordinária, a realizar no próximo dia 28 de Junho de 2018, pelas 21:00, na Sede do Núcleo PSD do Bonfim, sita na Rua do Heroísmo, 46, Porto, com a seguinte ordem de trabalho:

- 1 – Apresentação, discussão e votação da moção “Um Porto que anda”;
- 2 – Análise da situação política;
- 3 – Outros assuntos.

NÚCLEO DO BONFIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário de Núcleo residencial da JSD Bonfim Porto, para reunir no dia 28 de Julho de 2018, na sede do Núcleo, sita na Avenida Rodrigues de Freitas, nº46, Porto, entre as 18h00 e as 20h00, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário do Núcleo JSD Bonfim.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem o substitua, até às 23:59 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A consulta do caderno eleitoral, assim como qualquer reclamação do mesmo, deverá ser solicitada junto do Presidente da Mesa e ocorrer até ao quinto dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas, no dia 28 de Julho de 2018, estarão abertas entre 18h00 e as 20h00.

CAMPANHÃ - PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo de Campanhã - Porto para reunir em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 21 de Julho de 2018, pelas 18:00, na Sede do Núcleo PSD de Bonfim, sita na Avenida Rodrigues de Freitas, 46, Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário do Núcleo de Campanhã – Porto.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do Núcleo PSD de Bonfim, respeitando as normas dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 18:00: e as 20:00